



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Gabinete do CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Processo nº 8501228-56.2021.8.06.0026

Assunto: Pedido de Providências

Interessado: Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas

DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 243/2021-CGJUCGJ

Processa-se nestes autos pedido de providências iniciado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.

Informação da GCAUE à fl.22, seguida de parecer à fl. 25.

É o relatório; decido:

A apuração procedida por esta Corregedoria concluiu o seguinte:

INFORMAÇÃO Nº 136/2021 – GCAUE/CGJCE

Trata-se de comunicação efetuada pelo Exmo. Corregedor Geral da Justiça do Estado de Alagoas, Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, dando conhecimento a esta Casa Correcional sobre evidência de fraude em alguns documentos identificados no 4º OFÍCIO DE NOTAS E 1º REGISTRO DE TÍTULO E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE MACEIÓ/AL.

O Excelentíssimo Desembargador explana em sua decisão que cientifique às Corregedorias Gerais da Justiça de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal acerca da falsificação de documentos que acarretaram na revogação dos selos AAV90255-K7XX (azul de autenticidade) e AAV91195-2JLL (vermelho de registro), bem como no cancelamento do registro protocolado naquela serventia sob o nº 6424162.

Nesse sentido, sugere-se a remessa dos presentes autos à apreciação da MM. Juíza-Corregedora Auxiliar responsável pelo serviço extrajudicial, Dra. Juliana Sampaio de Araújo, para as devidas providências, quais sejam, a emissão de Ofício Circular a todas as serventias extrajudiciais de nosso Estado, via PEX, bem como a todos os juízes corregedores permanentes, comunicando a referida ocorrência de falsificação no estado de Alagoas, conforme fls. 02/20.



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Gabinete do CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Empós, sugere-se o arquivamento, tendo em vista que o processo se esgota com a devida ciência de todos os envolvidos na atividade notarial e registral, S.M.J.

À superior consideração da MM. Juíza-Corregedora Auxiliar

DESPACHO/OFÍCIO Nº 2794/2021/GAB5/CGJCE

Considerando as informações apresentadas pela de Gerência de Correição das Unidades Extrajudiciais (GCAUE), de nº 136/2021, às folhas retro, acolho-as e, em sucessivo, submeto o presente processo ao Corregedor Geral da Justiça, com a sugestão de expedição de ofício circular a todas as serventias extrajudiciais de nosso Estado, via PEX, bem como a todos os juízes corregedores permanentes, comunicando a referida ocorrência de falsificação no Estado de Alagoas, conforme folhas 02/20, consoante recomendação técnica. Empós, pelo arquivamento.

À superior consideração.

Aprovo o parecer correicional de fl. 73 ao passo em que determino a expedição de ofício circular a todas as serventias extrajudiciais do Estado do Ceará por meio do sistema PEX, além dos Juízes Diretores dos Fóruns estaduais, para que tomem conhecimento a respeito da falsificação ocorrida no Estado de Alagoas e possam adotar medidas preventivas quanto ao fato comunicado.

Encaminhado o ofício circular, entendo desnecessária a aposição de respostas pelos destinatários, salvo se identificarem em suas unidades extrajudiciais a ocorrência da falsificação noticiada.

Comunique-se à CGJAL.

Cópia desta servirá de ofício.

À Gerência Administrativa para cumprimento; em seguida, arquivem-se.

Fortaleza, 26 de julho de 2021.

Desembargador PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO
Corregedor-Geral da Justiça



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021785452

Nome original: ofício Circular 405-2021-GCGJ.pdf

Data: 26/04/2021 10:05:39

Remetente:

Marcio Grace da Silva

Serventia ExtraJudicial

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Corregedor Geral da CGJ AL, Des. Fábio José Bittencourt Araújo, encaminho cópia da Decisão proferida nos autos do Processo nº 0000288-57.2021.8.02.0073, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

**Divisão de Processos Disciplinares**

Rua do Livramento, 384, Centro - CEP 57000-000, Maceió-AL
Telefone: (82) 4009 3824 e E-mail: dpdcgj@tjal.jus.br

Processo nº:0000288-57.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL

Ofício Circular nº 405/2021/GCGJ

Maceió – AL, 23 de abril de 2021.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Corregedor(a)-Geral de Justiça dos Estados da Federação e do Distrito Federal

Assunto: Envio de Cópia da decisão proferida nos Autos do Processo SAJ nº 0000288-57.2021.8.02.0073.

Senhor(a) Corregedor(a),

Cumprimentando-o(a), encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia da decisão proferida nos autos do Processo Administrativo SAJ n.º 0000288-57.2021.8.02.0073, para conhecimento e providências acerca dos fatos narrados pelo Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho, Oficial Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Título e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL, a respeito de fortes evidências de fraude nos documentos de fls. 06/07 e 11/16 (em anexo), que acarretaram na revogação dos selos AAV90255-K7XX (azul de autenticidade) e AAV91195-2JLL (vermelho de registro), bem como no cancelamento do registro protocolado na serventia sob o n.º 6424162.

Atenciosamente,

Des. Fábio José Bittencourt Araújo
Corregedor-Geral da Justiça



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021785453

Nome original: decisão proc. 0000288-57.2021.8.02.0073 e documentos.pdf

Data: 26/04/2021 10:05:39

Remetente:

Marcio Grace da Silva

Serventia ExtraJudicial

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Corregedor Geral da CGJ AL, Des. Fábio José Bittencourt Araújo, encaminho cópia da Decisão proferida nos autos do Processo nº 0000288-57.2021.8.02.0073, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
ASSESSORIA ESPECIAL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS - AESE
Rua do Livramento, nº 384, Centro, Maceió/AL
CEP: 57020-030 - Fone: (82) 4009-3805

Ofício nº. 469-575/2021.

Em 06 de Abril de 2021.

Senhora Servidora,

Assunto: autuar no SAJ.

De ordem da Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas, Sra. Roseana Celistre Machado. Autue-se e Registre-se no SAJ/PG5 - Extrajudicial Administrativo.

Atenciosamente,

**SILVIA DA SILVA
ADMINISTRATIVA**

Lista de Anexos:

20210406131720_lucas.pdf

DESPACHO

DESPACHAR

RESPONDER

IMPRIMIR

ARQUIVAR

VOLTAR



☒ Ofício
☐ Ofício +
Despacho





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021774969

Nome original: Completo Assinado-compactado.pdf

Data: 01/04/2021 17:28:55

Emissor:

Lucas Barros Pituba de Carvalho

4º Ofício de Notas e Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas - Maceió

TJAL

Assinado por:

Não foi possível recuperar a assinatura

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Comunicar cancelamento de registro e revogação de selos por fortes indícios de fraude.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DESEMBARGADOR **FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO**.

LUCAS BARROS PITUBA DE CARVALHO, representante Interino do 4º Ofício de Notas e do 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL, designado pela Portaria n.º 1295, de 08 de outubro de 2019, dessa Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, comunicar as insistentes tentativas de registros de documentos, com fortes indícios de fraudes, conforme narrativa a seguir:

Em 03/08/2020, JOSELITO GOMES DE VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, cédula de identidade RG 728.901 SSP/AL, inscrito no CPF sob 483.713.354-15, contato telefônico (82) 99993-0273, trouxe a esta Serventia Extrajudicial cópia de um documento - Termo de Acordo Trabalhista com a TV Gazeta -, acompanhado de suposto original para que fosse autenticado.

O "original" estava assinado pelo interessado, com o reconhecimento de sua firma, chancelado pelo Cartório do Dr. Celso Pontes de Miranda.

Devidamente autenticado por esta unidade, o Sr. Joselito solicitou o registro em RTD do mencionado "Acordo", nos termos do inciso VII, Art. 127, da Lei n. 6.015/1973 (conservação de documento), o que foi atendido.

Em meados de novembro de 2020, recebemos do Presidente do SINDIRÁDIO, Paulo Guedes, a informação de que o Termo de Acordo Trabalhista seria um documento falsificado, pois a rubrica do Dr. Djalma Mello, naquele termo representante da TV Gazeta, não seria verdadeira.

Ademais, nos apresentou expediente da instituição (TV Gazeta), afirmando que: **1)** Joselito não era funcionário daquela instituição; **2)** Djalma Melo não

Avenida da Paz, nº 1846, Salas 14/15, Edifício Empresarial Terra Brasilis Corporate, Centro, Maceió/AL, CEP: 57020-440. Contato telefônico (82) 3436-9777, eletrônico sac@4oficiodenotas.not.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL

representa a organização e; **3)** a instituição desconhece acordo trabalhista celebrado com Joselito.

Pelos fortes indícios de fraude, revoguei os selos de autenticação do documento (AAV90255-K7XX), o de registro (AAV91195-2JLL) e suspendi a validade do protocolo de registro sob n.º [6424162](#).

Não obstante o caso narrado, novo episódio ocorreu, desta feita muito mais arrojado. O Sr. JOSELITO protocolou nesta unidade, requerimento para o registro da Ata Geral da Eleição da Gestão de 2015 a 2023 do SINDIRÁDIO, em que se diz ser o Presidente da Comissão Eleitoral.

Dentre os documentos há um expediente endereçado ao gerente da conta bancária do Sindicato, em que solicita o bloqueio da movimentação da conta pelo diretor financeiro, pois estaria exercendo o cargo ilegalmente, por ter sido anulada a eleição que o nomeou para citada função.

Todavia, mais uma vez, o Sr. Paulo Guedes, presidente em exercício do SINDIRÁDIO, esteve neste Cartório trazendo ao nosso conhecimento um Boletim de Ocorrência, que registra a falsidade de sua assinatura em Ato de Instituição da Comissão Eleitoral, que supostamente designa Joselito Gomes para presidir a aludida Comissão.

Neste toar, recebi a visita de 02 (duas) advogadas, solicitando a desconsideração de suas assinaturas nos documentos protocolados por Joselito, referentes ao registro da Ata Geral da Eleição do sindicato, sob o argumento das possíveis irregularidades praticadas por ele.

Por esta razão, calcado na responsabilidade de meu ofício, não registrei a Ata em referência, emiti Nota Devolutiva levando ao conhecimento do interessado as informações que acabara de ter acesso, requerendo o esclarecimento sobre o caso, o que não ocorreu.

Em ato contínuo, por se tratar de um fato criminoso, entrei em contato com Dr. Leonardo Assunção das Virgens, Delegado de Polícia do 1º Distrito Policial de Maceió/AL e fui informado que já existia em tramitação um Inquérito Policial nº

Avenida da Paz, nº 1846, Salas 14/15, Edifício Empresarial Terra Brasilis Corporate, Centro, Maceió/AL, CEP: 57020-440. Contato telefônico (82) 3436-9777, eletrônico sac@4oficiodenotas.not.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL

1741/2021, dedicado a investigar a presente ocorrência, oportunidade em que a autoridade policial manifestou a importância de minha oitiva para conclusão do caso, o que aconteceu conforme Termo de Declaração que segue.

Do mesmo modo, encaminhei denúncia para o Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme processo interno MP: 11.2021.00000388-5, vinculado aos autos 02.2021.00000982, atualmente tramitando na 39ª Promotoria de Justiça da Capital.

Diante do exposto, comunico a revogação dos selos **AAV90255-K7XX** (azul de autenticidade), **AAV91195-2JLL** (vermelho de registro), o cancelamento do registro protocolado nesta serventia sob n. **6424162**, bem como as providências adotadas por este Interino ante os fortes indícios de fraude conforme narrado acima.

Maceió/AL, 01 de abril de 2021.

Lucas Barros Pituba de Carvalho
Interino

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EMMANUELA MARIA CALADO DE FARIAS SILVA. Para conferir o original, acesse o site, informe o processo 0000288-57.2021.8.02.0073 e o código 4D5C14D.



Poder Judiciário
Estado de Alagoas
Seção Judiciária de Alagoas
Reconhecimento de Assinatura e
Certificação Digital
AAV90255-K7XX
Confira os dados do ato em
<https://selo.gajus.br>

CERTIDÃO
Certifico haver conferido a presente fotocópia com o original que me foi apresentado.
Dou fé, _____ da verdade.
Em test? _____
Maceió (AL) 03 AGO. 2020
Bel. Lucas Barros Filizola de Carvalho - Intenno
Bel. Lucymara Alves Cerqueira - Substituta
Mª José de Souza Santos Cordeiro - Escrevente



1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE MACEIÓ
CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA

Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 42 - Centro
CEP 57.020-140 - Maceió - Alagoas
Fones: (82) 3223-2003 / 3221-5000

REG. DE FIRMA Nº 2020-060781

Reconheço por semelhança a firma de:

JOSELITO GOMES DE VASCONCELOS

Em Testemunho _____ da verdade. MACEIÓ - AL - 02/07/2020 11:54:01

SELO DIGITAL: AAT27952-QXH7

Confira os dados do ato em <http://selodigital.tjal.jus.br> Total: R\$ 4,39

MARIANA PONTES DE MIRANDA LOPES DE FARIAS - SUBSTITUTA



Empresa TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA pessoa jurídica CNPJ Nº 12.186.524/0001-06, Inscrição Est. Nº 240.531-6 situada na Av. Aristeu de Andrade Nº 355 Bairro - Farol CEP 57051-090 de acordo com o contrato social em anexo, por seu conselheiro administrativo Advogado Sr. Djaima Tavares da Cunha Mello Neto OAB Nº 4843-B/AL Brasileiro, Divorciado Advogado, Inscrito no CPF Nº 406.551.057-00, residente e domiciliado em Maceió-AL na AV. Álvaro Altacilio Nº 6889 APTº 202 Jatiúca CEP 57036-

Funcionário JOSELITO GOMES DE VASCONCELOS funcionário com matrícula sob o Nº 00000370, Brasileiro, Solteiro, Radialista com RG 728.901 SSP-AL, CPF 483.713.354-15, Endereço para notificação Av Durval de Goes Monteiro C.P. 2063 Bairro Tabuleiro dos Martins Cep 57051-970 Maceió-Alagoas

TERMO DO ACORDO

As partes firmam livre e espontaneamente a presente composição judicial, a qual abrange todos os direitos e obrigações decorrentes da Constituição Federal em seu art. 8º § VIII que assegura o direito de estabilidade ao candidato a Presidente do Sindicato dos Radialistas de Alagoas Joselito Gomes de Vasconcelos, assegurando-lhe a estabilidade provisória, conforme bem explicitado na carta de retorno inserida nos autos de mandado de Segurança Nº 1000267-32.2020.5.00.0000 originado no Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

Pelo fato da extrema necessidade da empresa para recompor o quadro funcional em aberto há vários meses na função de Supervisor de Elétrica exercida pelo referido

SEL. LUCYMARIA ALVES CERQUEIRA
1º Ofício de Notas e Protestos
Títulos e Documentação e Outros Papéis
Av. de Faria Lima, 15 - Empresarial - 1º
Bairro Corporativo - Maceió - Alagoas - CEP 57020-140
Substituta

De acordo Joselito Gomes de Vasconcelos

funcionário, se faz necessário o seu imediato retorno de forma urgente às suas atividades, conforme ficou explicitado em seu afastamento em 02 de Maio de 2014.

Ressalto ainda que se faz necessário a reintegração ao trabalho do referido funcionário mediante Decisão Judicial.

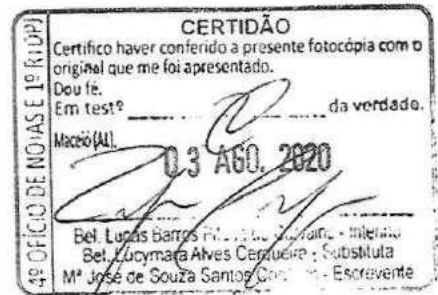
TESTEMUNHA 1 Luciano Belizora Fernandes CPF 548081100

TESTEMUNHA 2 Flávia de Oliveira 33.497.164-15

Segue em anexo cópia do seguinte documento:

Razão Social

Maceió, 22 de Junho de 2020

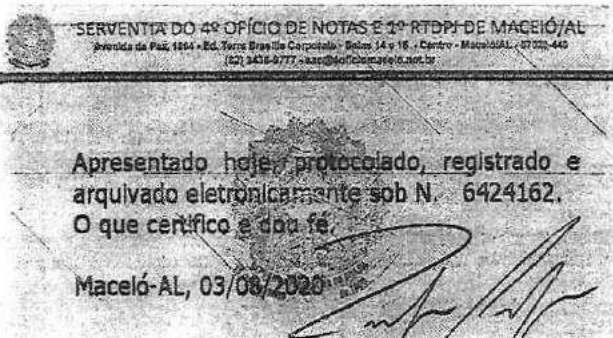


[Handwritten signature]
 J. Gomes de Vasconcelos



Poder Judiciário
 Estado de Alagoas
 Selo Digital de Autenticação
 reconhecimento de firma
 distribuição eletrônica
 AAV90284-T2HV
 Confira os dados do ato e
 https://selo.jus.br

[Handwritten signature]
 Joselito Gomes de Vasconcelos



1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE MACEIÓ
 CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA

Rua Dr. Luiz Portes de Miranda, 42
 CEP 57.020-140 - Maceió/AL
 Fone: (32) 3223-2032 / 3223-2033

REC. DE FIRMA Nº 2020-050782

Reconheço por semelhança e firma de:

JOSELITO GOMES DE VASCONCELOS

Em Testemunha da verdade, MACEIÓ - AL - 02/07/2020 11:54:04

SELO DIGITAL: AAT27953-SIC3

Confira os dados do ato em <http://selodigital.tj.al.jus.br/> Total: R\$ 4,39

MARIANA PONTES DE MIRANDA LOPES DE FARIAS - SUBSTITUTA



BEL LUCYMARA ALVES CERQUEIRA
 4º Ofício de Notas e 1º Registro de
 Títulos e Documentos - Outros Papéis
 Av. do Paz nº 1864 - Sala 15 - Empresarial Terra
 Brasil - Maceió - Alagoas - CEP 57020-440
 Substituta



**21ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE
TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA.**

CNPJ/MF Nº 12.186.524/0001-06
NIRE 2720002500-0

Pelo presente instrumento particular, as partes:

ESPÓLIO DE ANA LUÍSA COLLOR DE MELLO, neste ato representada por seu Inventariante **FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.192.664 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.062.871-72, residente e domiciliado no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Álvaro Otacílio, 3.759, apto. 601, Jatiúca, CEP 57036-850;

FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.192.664 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.062.871-72, residente e domiciliado no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Álvaro Otacílio, 3.759, apto. 601, Jatiúca, CEP 57036-850; e

TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.186.524/0001-06, com contrato social registrado perante a JUCEAL sob NIRE nº 272.0002500-0, com sede à Rua Aristeu de Andrade, nº 355, Farol, no Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP: 57051-900, neste ato representada por seu Administrador **LUÍS PEREIRA DUARTE DE AMORIM**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2003001094186-SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o nº 332.104.974-00, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra M, Casa 05, Jardim Petrópolis, no Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP: 57080-900;

Sócios detentores da maioria do capital social votante da sociedade por quotas de responsabilidade limitada **TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.186.524/0001-06, com contrato social registrado perante a JUCEAL sob NIRE nº

Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 04/06/2014 Sob Nº 20140071270
Protocolo : 140071270 de 03/04/2014 NIRE: 27200025000
TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA
Chancela : A3D0E8EC853385858A5A21EE25E8ECD8E8E468A

Maceió, 04/06/2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(s) Geral

272.0002500-0 com sede à Rua Aristeu de Andrade, nº 355, Farol, no Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57051-900, resolvem alterar seu contrato social, o que fazem na forma e condições abaixo:

1. Os sócios deliberam alterar a Cláusula Sétima, que trata da Administração da Sociedade, para o fim de nomear como administrador não sócio o SR. LUÍS PEREIRA DUARTE DE AMORIM, brasileiro, casado pelo regime de comunhão total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2003001094186-SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o nº 332.104.974-00, residente e domiciliado no Condomínio Aildebaran Ômega, Quadra M, Casa 05, Jardim Petrópolis, no Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP: 57080-900, e designar a este administrador os seguintes poderes, os quais poderão ser exercidos isoladamente, (a) de representação geral perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias; (b) de representação perante instituições financeiras - podendo abrir, movimentar contas, emitir e endossar cheques, ordenar transferências interbancárias de fundos, celebrar contratos de abertura de crédito, financiamento e de câmbio; (c) para celebração de contratos e negócios em geral em nome das empresas, inclusive em permuta de publicidade; (d) para transigir, receber e dar quitação relativamente a quaisquer obrigações das empresas; (e) para gerir e administrar todos os negócios e interesses das empresas perante terceiros; e (f) para contratar e demitir funcionários; e, mediante aprovação do Conselho de Administração ou de sócio majoritário, (g) a alienação de bens e direitos em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); e (h) a celebração negócios/contratos, em nome da Sociedade, que impliquem obrigações em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

2. Face à deliberação acima, a Cláusula Sétima do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Sétima - A administração da Sociedade será exercida pelo Sr. Luís Pereira Duarte de Amorim, administrador não sócio, o qual terá amplos e gerais poderes para praticar ativa e passivamente todos os atos inerentes à administração da Sociedade"

Junta Comercial do Estado de Alagoas
 Certifico o Registro em 04/08/2014 Sob Nº 20140071270
 Protocolo: 140071270 de 03/04/2014 NIRE: 27200025000
 TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA
 Chancela: A3B0EBEC8533858550A5A21EE25EBECDBEBE458A

Maceió, 04/08/2014

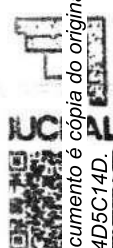
CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
 Secretário(a) Geral

Ata Nº 123456789
 Livro Nº 1234
 Folia 1234

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]
 2



podendo nomear procuradores, dentro dos limites de poderes estabelecidos neste contrato.

Parágrafo Primeiro: Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, o administrador fica investido de poderes para (a) representação geral perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias; (b) representação perante instituições financeiras - podendo abrir, movimentar contas, emitir e endossar cheques, ordenar transferências interbancárias de fundos, celebrar contratos de abertura de crédito, financiamento e de câmbio; (c) celebração de contratos e negócios em geral em nome das empresas, inclusive em permuta de publicidade; (d) transigir, receber e dar quitação relativamente a quaisquer obrigações das empresas; (e) gerir e administrar todos os negócios e interesses das empresas perante terceiros; e (f) contratar e demitir funcionários; poderes estes que poderão ser exercidos em caráter isolado. A alienação de bens e direitos em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), bem como a celebração de negócios/contratos, em nome da Sociedade, que impliquem obrigações em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), somente obrigarão a Sociedade quando aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade ou sócio majoritário.

Parágrafo Segundo: A Sociedade considerar-se-á obrigada, no que se refere aos atos regulares da administração da Sociedade, quando representada isoladamente pelo administrador, ou por um ou mais procuradores, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no próximo parágrafo desta cláusula para os demais atos.

Parágrafo Terceiro: Salvo para judiciais, os mandatos outorgados pela Sociedade terão prazo de vigência determinado, os quais não excederão a um ano.

Parágrafo Quarto: Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado ao administrador conceder fianças ou avais e contrair obrigações de qualquer natureza em nome da Sociedade, ainda que de caráter pessoal, salvo se previamente aprovadas por sócios que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social."

3. Deliberam, ainda, os sócios criar o Conselho de Administração da Sociedade, órgão que será composto pela Sra. Caroline Serejo Medeiros Collor de Mello, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 99001293701 SSP/AL, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.302.414-78, residente e domiciliada no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Álvaro Otacílio, 3.759, apto. 601, Jatiúca, CEP 57036-850; pelo Sr. Djalma Tavares da Cunha Mello Neto,

RECEBUEMOS
2021/04/08
OAB/AL - 11324
Maceió, 08/04/2021

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
- 3

Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 04/08/2014 Sob Nº 20140071270
Protocolo : 140071270 de 03/04/2014 NIRE: 27200026000
TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA
Chancela : A3B0EBEC8533B58559A5A21EE23EBECDBE45BA
Maceió, 04/08/2014
[Handwritten signature]
CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Alagoas sob o nº 4843-B e inscrito no CPF/MF sob o nº 406.551.057-00, residente e domiciliado no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Álvaro Otacílio, nº 6.889, apto. 202, Jatiúca, CEP: 57036-850; pelo Sr. Fernando James Braz Collor de Mello, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 98.001.275.900 SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.193.934-89, residente e domiciliado no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Mendonça Junior nº 957, Gruta de Lourdes, CEP: 57052-480; e pelo Sr. Gilberto de Lima Fonseca, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, radialista, portador da Cédula de Identidade RG nº 250.729 SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o nº 134.241.304-00, residente e domiciliado no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Rua Miguel Palmeira, nº 793, Bairro Pinheiro, CEP: 57055-330.

Arg. Antonio Ribeiro
Cassiano Ribeiro - ME
Maceió - AL

4. Ao Conselho de Administração da Sociedade é delegada competência para deliberar, aprovar ou vetar atos de administração que impliquem (a) na alienação de bens e direitos em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); e (b) na celebração de negócios/contratos, em nome da Sociedade, que impliquem obrigações em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).
5. Em razão das deliberações acima, os sócios aprovam a redação da nova cláusula, ou Cláusula Oitava, renumerando-se as demais, que dispõe sobre o Conselho de Administração, nos termos dos itens 3 e 4 acima, e vigorará com a seguinte redação:

"Cláusula Oitava - O Conselho de Administração da Sociedade será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros residentes no país, quotistas ou não, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos e destituídos por sócios representando a maioria do capital social para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: Ao Conselho de Administração da Sociedade caberá deliberar, aprovar ou vetar atos de administração que impliquem (a) na alienação de bens e direitos em valor superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); e (b) na celebração

Antônio Ribeiro

Antônio

Antônio

Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 04/06/2014 Sob N° 20140071270
Protocolo: 140071270 de 03/04/2014 NIRE: 27200025000
TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA
Chancela: A3B0EBEC8533B58559A5A21EE25EBECDBE8E458A
Maceió, 04/06/2014
CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral

Parágrafo Segundo: As deliberações serão tomadas pela maioria dos conselheiros presentes em reunião, especialmente convocada para a deliberação, aprovação ou veto de atos do administrador, sendo que, em caso de empate, caberá ao Presidente decidir sobre a aprovação ou o veto do ato submetido à deliberação do Conselho de Administração."

Ara M. J. Rios
Assistant Secretary - JUSTICE
November 77 438-6

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAUJO
Secretário(a) Geral

Retul: à Comarca: Fernando

Reconheço a(s) firma(s) Dionísio

Col, on de Vellozo

Em nome de Vitorino de Lima

Em testº. 200 da verdade.

Maceio (AL), 05 Maio 2014

Kameia, dau

Bel. Luiz Paes Falcão de Machado - Tabelião
 Daniel Paes Corqueira - Substituto
 Mº José de Souza Santos Cordeiro - Escrevente
 Mirian I. M. Quindoré Paes - Escrevente
 Ana Paula de Mendonça - Escrevente

4º OFÍCIO DE NOTAS E TÍTULOS

VALIDAD
 MACEIO
 05 MAIO 2014
 OFÍCIO DE AUTENTICACAO

Autos nº 0000288-57.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Lucas Barros Pituba de Carvalho, Oficial Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL (CNS 00.191-7)

DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de expediente encaminhado pelo Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho, Oficial Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Título e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL, (CNS 00.191-7), fls. 03/05, no qual informa indícios de falsificação em documentos, que acarretou a revogação dos selos "AAV90255-K7XX (azul de autenticidade)" e "AAV91195-2JLL (vermelho de registro)", bem como o cancelamento do registro protocolado na serventia sob o nº. 6424162.

2. Nesse contexto, narra que "em 03/08/2020, JOSELITO GOMES DE VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, cédula de identidade RG 728.901 SSP/AL, inscrito no CPF sob 483.713.354-15, contato telefônico (82) 99993-0273, trouxe a esta Serventia Extrajudicial cópia de um documento - Termo de Acordo Trabalhista com a TV Gazeta -, acompanhado de suposto original para que fosse autenticado. O "original" estava assinado pelo interessado, com o reconhecimento de sua firma, chancelado pelo Cartório do Dr. Celso Pontes de Miranda" (*sic*, fl. 03).

3. Aduz, ademais, que "devidamente autenticado por esta unidade, o Sr. Joselito solicitou o registro em RTD do mencionado "Acordo", nos termos do inciso VII, Art. 127, da Lei n. 6.015/1973 (conservação de documento), o que foi atendido" (*sic*, fl. 03).

4. Informa que "em meados de novembro de 2020, recebemos do Presidente do SINDIRÁDIO, Paulo Guedes, a informação de que o Termo de Acordo Trabalhista seria um documento falsificado, pois a rubrica do Dr. Djalma Mello, naquele termo representante da TV Gazeta, não seria verdadeira. Ademais, nos apresentou expediente da instituição (TV Gazeta), afirmando que: 1) Joselito não era funcionário daquela instituição; 2) Djalma Melo não representa a organização e; 3) a instituição desconhece acordo trabalhista celebrado com Joselito" (*sic*, fl. 03).

5. Segue narrando que "pelos fortes indícios de fraude, revoguei os selos de autenticação do documento (AAV90255-K7XX), o de registro (AAV91195-2JLL) e suspendi a validade do protocolo de registro sob n.º 6424162" (*sic*, fl. 04).

6. Registra, ainda, que "não obstante o caso narrado, novo episódio ocorreu, desta

feita muito mais arrojado. O Sr. JOSELITO protocolou nesta unidade, requerimento para o registro da Ata Geral da Eleição da Gestão de 2015 a 2023 do SINDIRÁDIO, em que se diz ser o Presidente da Comissão Eleitoral." Complementa dizendo que "dentre os documentos há um expediente endereçado ao gerente da conta bancária do Sindicato, em que solicita o bloqueio da movimentação da conta pelo diretor financeiro, pois estaria exercendo o cargo ilegalmente, por ter sido anulada a eleição que o nomeou para citada função" (*sic*, fl. 04).

7. Acresce que "mais uma vez, o Sr. Paulo Guedes, presidente em exercício do SINDIRÁDIO, esteve neste Cartório trazendo ao nosso conhecimento um Boletim de Ocorrência, que registra a falsidade de sua assinatura em Ato de Instituição da Comissão Eleitoral, que supostamente designa Joselito Gomes para presidir a aludida Comissão" (*sic*, fl. 04).

8. Ressalta que "neste toar, recebi a visita de 02 (duas) advogadas, solicitando a desconsideração de suas assinaturas nos documentos protocolados por Joselito, referentes ao registro da Ata Geral da Eleição do sindicato, sob o argumento das possíveis irregularidades praticadas por ele" (*sic*, fl. 04).

9. Esclarece que "por esta razão, calcado na responsabilidade de meu ofício, não registrei a Ata em referência, emiti Nota Devolutiva levando ao conhecimento do interessado as informações que acabara de ter acesso, requerendo o esclarecimento sobre o caso, o que não ocorreu" (*sic*, fl. 04).

10. Acrescenta que "em ato contínuo, por se tratar de um fato criminoso, entrei em contato com Dr. Leonardo Assunção das Virgens, Delegado de Polícia do 1º Distrito Policial de Maceió/AL e fui informado que já existia em tramitação um Inquérito Policial nº 1741/2021, dedicado a investigar a presente ocorrência, oportunidade em que a autoridade policial manifestou a importância de minha oitiva para conclusão do caso, o que aconteceu conforme Termo de Declaração que segue" (*sic*, fls. 04/05).

11. No mais, alude que encaminhou "denúncia para o Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme processo interno MP: 11.2021.00000388-5, vinculado aos autos 02.2021.00000982, atualmente tramitando na 39ª Promotoria de Justiça da Capital" (*sic*, fl. 05).

12. Ao final, comunica "a revogação dos selos **AAV90255-K7XX** (azul de autenticidade), **AAV91195-2JLL** (vermelho de registro), o cancelamento do registro protocolado nesta serventia sob n. **6424162**, bem como as providências adotadas por este

Interino ante os fortes indícios de fraude conforme narrado acima" (*sic*, fl. 05, grifos no original).

13. O petição veio instruído com os documentos de fls. 06/57.

14. Na sequência, o Juiz Auxiliar desta Corregedoria-Geral de Justiça, Dr. Anderson Santos dos Passos, ofertou parecer à fl. 58, opinando "pela expedição de ofício circular, através do Malote Digital, endereçado às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados, a fim de que tomem conhecimento do ocorrido".

15. É, em síntese, o relatório. Passo a decidir.

16. Consoante o relatado, o Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho, Oficial Interino do 4º Ofício de Notas e 1º Registro de Título e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió/AL, oficiou esta Corregedoria-Geral da Justiça com o único intuito de dar ciência dos indícios de falsificação de documentos, que acarretaram na revogação dos selos AAV90255-K7XX (azul de autenticidade) e AAV91195-2JLL (vermelho de registro), bem como no cancelamento do registro protocolado na serventia sob o n.º 6424162.

17. Assim, tratando-se de documentos que podem vir a ser usados para os mais diversos fins, principalmente ilícitos, na esteira do parecer do Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, entendo ser prudente o envio de ofício circular a todas Corregedorias-Gerais dos Estados da Federação e do Distrito Federal, com o fito de noticiar a respeito de fortes evidências de fraude nos documentos de fls. 06/07 e 11/16.

18. Destarte, **ACOLHO** o parecer de fl. 58, de modo a **DETERMINAR** a expedição de ofício circular, através do Malote Digital, às Corregedorias-Gerais da Justiça de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal, a fim de tomarem conhecimento do ocorrido, encaminhando-lhes cópia do presente *decisum* e dos documentos de fls. 06/07 e 11/16.

19. Ademais, **NOTIFIQUE-SE** o requerente acerca da medida ora adotada, enviando-lhe cópia desta decisão.

20. Publique-se. Intime-se e cumpra-se.

21. Após, cumpridas as diligências e transcorrido o prazo sem qualquer insurgência, arquivem-se os autos com a devida baixa no sistema, porquanto exaurida sua finalidade, nos termos do art. 52 da Lei n.º 6.161/2000¹.

Maceió, 08 de abril de 2021.

Des. Fábio José Bittencourt Araújo
Corregedor-Geral da Justiça

¹ Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.